

CIDADES

Manaus, quinta-feira, 10 de outubro de 1996

a crítica *** A3

Mineradora só negocia na terça-feira

Enquanto a Paranapanema não negocia com os índios uaimiris-atroaris, a estrada de acesso à mina do Pitinga continua interditada

Euzivaldo Queiroz

Continua o conflito entre índios e mineradora Paranapanema, que explora cassiterita na mina do Pitinga, a 240 Km do município de Presidente Figueiredo. Os 110 índios uaimiri-atroari não arredam o pé: a estrada que dá acesso à mina do Pitinga mantém-se fechada em dois trechos. Por ela não entra e nem sai ninguém, com exceção de mulheres e crianças. A Paranapanema, por sua vez, propôs à Funai uma reunião para o próximo dia 15, em Manaus, com a presença de representantes dos índios, da mineradora e da Funai, intermediando a negociação. O diretor da Divisão

de Estanho do Grupo Paranapanema, Ricardo Dequech, acredita que os índios fecharão o cordão de R\$ 24 mil mensais valor limite para as atuais condições financeiras do Grupo Paranapanema.

Dequech não quis falar dos prejuízos da empresa com o fechamento da estrada, apenas da situação das cerca de 2.700 pessoas que moram na Vila do Pitinga. "O maior problema que estamos enfrentando agora é o das famílias que estão se sentindo acuada, sem liberdade para sair ou entrar na vila", disse o diretor. "Já estamos preocupados porque a situação está começando a ficar

complicada".

Se não houver acordo, Dequech já está pensando até na possibilidade de se construir uma nova estrada fora da reserva dos uaimiri atroari, apesar de ser praticamente impossível. "Nós só não podemos é ficar como reféns dos índios", disse, Dequech destacando que a empresa está atuando legalmente e que não está em atrito com os índios.

A mina de cassiterita (estanho) do Pitinga é considerada a maior do mundo. O estanho é um mineral utilizado para a fabricação de uma variedade de produtos, como latas, solda e ferro.

Trabalhadores em meio ao conflito

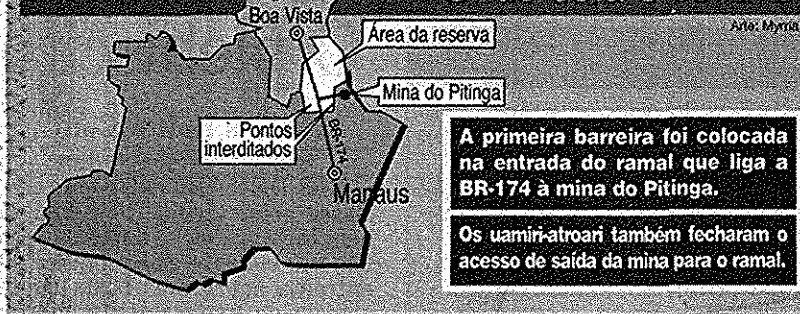
O presidente do Sindicato dos Trabalhadores do Pitinga, Francisco Braga, disse ontem que vai até a área de conflito entre os índios uaimiri-atroari e o Grupo Paranapanema tentar sensibilizar os índios para a situação dos trabalhadores que moram ou estão alojados na vila do Pitinga.

Braga vai utilizar como argumento o direito constitucional de ir e vir, para garantir pelo menos a alimentação das cerca de 2.700 pessoas que moram na área. A situação, segundo ele, é preocupante, principalmente no que se refere à alimentação. A programação mensal dos trabalhadores inclui a ida a Manaus para a compra de alimentação no primeiro final de semana após o pagamento. Com a interdição da estrada, Braga acredita que a reserva de alimentos de cada família não deverá durar muito tempo.

"O impasse entre os índios e a Paranapanema acaba prejudicando terceiros, que são os trabalhadores", disse o sindicalista, fazendo um apelo para que as autoridades também tentem solucionar o impasse. "Somos a favor das reivindicações dos uaimiri, mas eles não podem simplesmente fechar a estrada como se ali só existisse a empresa".

Onde está o conflito

Artes: Myria



Área na Justiça desde 1987

Em 1987, o indigenista Porfírio Carvalho ingressou com uma ação na Justiça pedindo a anulação do contrato com a empresa Timbó - Indústria de Mineração, uma das primeiras a trabalhar com o Grupo Paranapanema. Segundo Carvalho, a área que hoje é tida como de propriedade da mineradora, seria, na realidade, dos índios. A ação está sendo julgada, mas o Ministério Público Federal já conseguiu, segundo ele, a anulação do contrato com o Grupo Paranapanema e Funai, em 1994.

Porfírio mostra um trecho do documento com a decisão do juiz Novely da Silva Reis, da 7ª Va-

ra: "(...) essa ré (Timbó Mineradora) deve ABSTER-SE de utilizar o mencionado trecho de estrada, sob pena de multa diária de 1.000 (mil) salários mínimos, sem prejuízo da execução específica desta sentença para a interdição forçada da estrada - Lei 7.347/85, art. 11.

Para o indigenista, a luta dos uaimiri-atroari é justa e marca a retomada das terras que consideram de propriedade indígena, mais de 500 mil hectares. "Enquanto eles não apresentarem uma proposta decente aos índios, os uaimiri vão continuar fechando a estrada, em um processo que já está se tornando irreversível.



Índios aguardam posicionamento da Paranapanema e mantêm a estrada de acesso fechada

Funcionários da Funai são pressionados

O conflito entre os índios uaimiri-atroari e o Grupo Paranapanema, na fronteira da reserva indígena com a mina do Pitinga, no município de Presidente Figueiredo, chega ao quinto dia com a pressão da Fundação Nacional do Índio (Funai) sob os funcionários do Programa Waimiri Atroari. Ontem, eles chegaram a receber até ameaças de demissão.

Para Cavalcante, que está há dois anos como gerente do programa e há seis convivendo com os uaimiri, o importante dentro do Programa Uaimiri-Atroari é a filosofia de referendar a decisão dos índios e não de tentar convencê-los do contrário. Ele confirmou os "boatos" de que seria demitido, mas até ontem não recebeu nenhuma informação oficial de Brasília.

As primeiras informações sobre a possível demissão de dois funcio-

nários do Programa Waimiri Atroari, foi dada ontem pelo deputado federal Euler Ribeiro, que no discurso de ontem, na Câmara, condenou a atitude dos uaimiri-atroari.

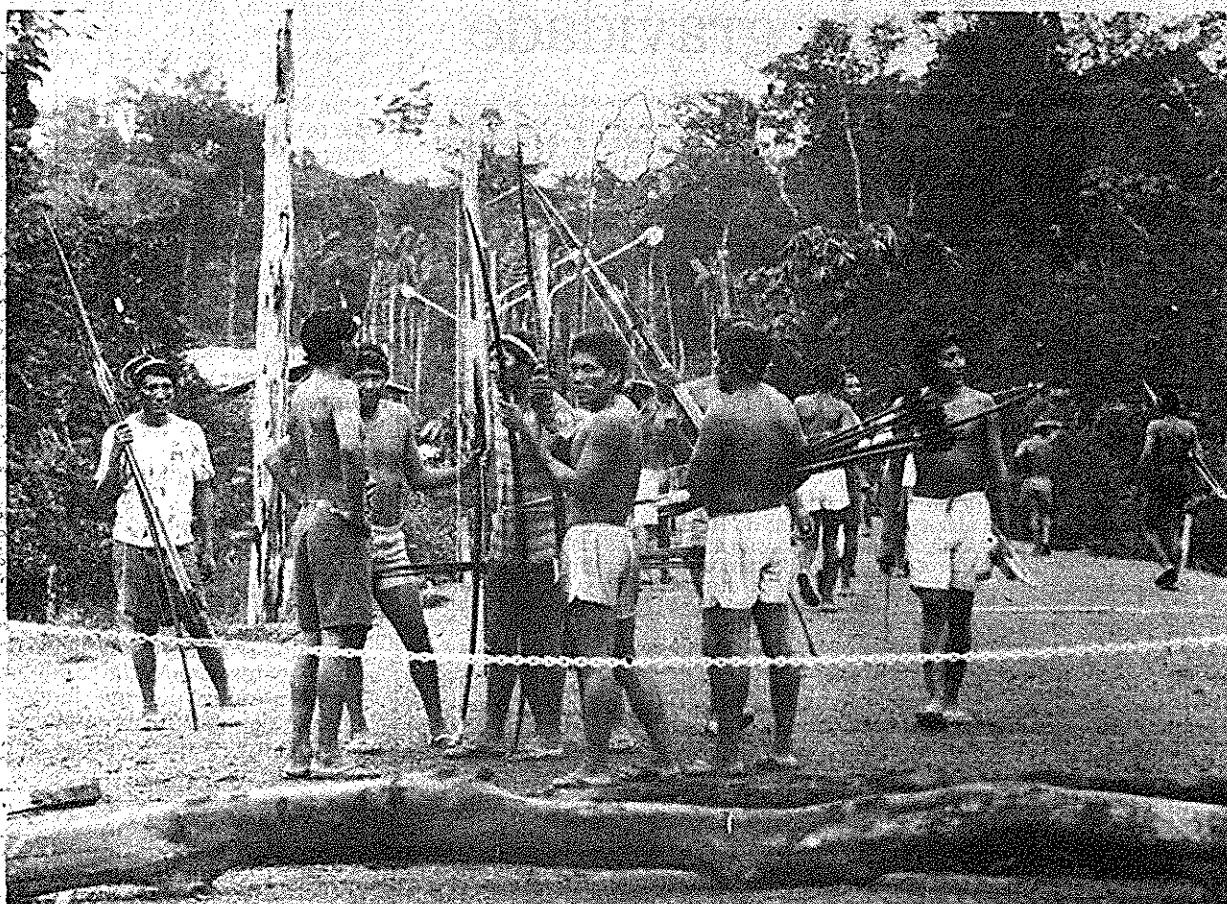
O presidente da Funai, Júlio Marcos Germany Gaiger, entrou em contato com o gerente do Programa Waimiri Atroari, Marcelo Cavalcante, e o indigenista Porfírio Carvalho, pedindo que os dois tentassem convencer os índios a liberar a passagem para a mineradora. Os dois recusaram o pedido, em uma conversa não muito amigável.

O indigenista Porfírio Carvalho, um dos primeiros a manter contato com os uaimiri-atroari, na década de 70, disse que uma possível demissão do gerente do Programa Uaimiri-Atroari, poderia desencadear uma reação imprevisível nos índios. "Eles poderiam caracterizar esta ação, como uma medida contra os

uaimiri", explicou Carvalho, dizendo não ser funcionário da Funai e, por isso, estar fora da pressão do presidente do órgão.

Porfírio também defende a posição dos uaimiri, mostrando dados concretos sobre o que os índios estão reivindicando (o valor de um caminho, dos mais de 200 que passam todo mês pela reserva). Na planilha de controle do programa, estão registrados os valores dos caminhões de cassiterita que cortam a estrada de 45 km dentro da reserva.

De janeiro até agosto, o Grupo Paranapanema teria recebido cerca de R\$ 50 milhões. "Se eles desmentirem esse valor, terei que entrar com uma ação fiscal contra a empresa, porque esses valores são retirados das notas fiscais dos caminhões que passam pela reserva", disse Porfírio.



Com o bloqueio da estrada, os índios reclamam a propriedade da terra, hoje em poder da Paranapanema